
MIRAGENS DO SUL E ILUSÕES DO SUL GLOBAL

MIRAGES OF THE SOUTH AND ILLUSIONS OF THE GLOBAL SOUTH

DOI: 10.5380/cg.v13i1.95074

Daniel Afonso da Silva¹

Resumo

O artigo aborda a problemática do Sul Global. Especialmente na conjuntura internacional aberta pela crise financeira de 2008. Indica as suas variantes essenciais como os BRICS. Afirma, em contraponto, as suas contradições e pontos de negação. Identifica dimensões de seu maniqueísmo analítico e reconhece nele diversas simplificações. E, por fim, sugere um retorno mais realista e pragmático à abordagem do meio internacional contemporâneo.

Palavras-Chave: Sul; Sul Global; geopolítica.

Abstract

The article addresses the issue of the Global South. Especially in the international situation opened up by the 2008 financial crisis. It indicates its essential variants such as the BRICS. It states, in counterpoint, its contradictions and points of denial. It identifies dimensions of his analytical Manichaeism and recognizes several simplifications in it. And, finally, it suggests a more realistic and pragmatic return to the approach of the contemporary international environment.

Keywords: South; Global South; geopolitics.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a problemática do Sul Global a partir da análise da conjuntura internacional aberta pela crise financeira de 2008. Além desta rápida Introdução, ele vai dividido em mais três seções – O fator Sul, A tentação da ideia de Sul Global e Miragens do Sul. A primeira reconstitui os elementos essenciais que conduziram à emergência de uma valoração do hemisfério Sul a partir do surgimento do acrônimo BRIC. A segunda desdobra esse argumento e recai sobre a tônica da politização dos BRICs a partir da crise financeira mundial de 2008. E a última enfatiza

¹ Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e professor da Universidade Federal da Grande Dourados, daniel.afonso66@hotmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5117-388X>.

os dilemas existenciais dessa politização. Mas, como ponto de partida geral, o argumento ressalta o aspecto decisivo da crise de 2008.

A crise financeira mundial de 2008 foi de fato diferente (ROGOFF & REINHART, 2009). Da constante de turbulências desde o início da intensificação da frequência das transações financeiras transfronteiriças, foi a primeira vez que os seus impactos foram verdadeiramente mundiais, imediatos, sincrônicos e permanentes. Muito mais que a crise de 1929. Muito mais que qualquer outra crise anterior. Os variados níveis de interdependência entre países, mercados, setores econômicos, conformações culturais e realidades sociais anteriores foram todos inferiores ao de 2008. Fluxos, redes, pessoas jamais viveram um momento de tamanha integração como esse do início do século XXI. O comércio mundial – só para ficar num exemplo – passou de 2% em 1800 para 25% em 1945 para chegar a 60% às vésperas de 2008. Isso levou a crise bancária iniciada nos Estados Unidos da América em 2007 a contagiar ineditamente o mundo inteiro.

Logo após o estouro das finanças em Nova Iorque, a longínqua ilha de Java, na Indonésia, a milhares de quilômetros dos centros financeiros norte-americanos, contemplou a degradação instantânea de seu mercado de trabalho que produziu 40% de desemprego em semanas. Esse exemplo excêntrico não foi isolado. Do contrário. Economias centrais e periféricas amargaram fluxos e refluxos jamais cogitados. Era a fúria da globalização fazendo de vítimas os seus principais precursores².

O império da globalização sobre as finanças ou o império das finanças sobre a internacionalização do mundo ganhou expressão após a saída norte-americana dos acordos de Bretton Woods nos anos de 1970. Desde então que a financeirização da economia foi imposta como alternativa às demandas reais dos estados contemporâneos. O trade-off da criação de moeda versus a criação de riqueza deu vitória à criação de moeda. Consequentemente passou a vigorar o imperativo da especulação versus princípios de crescimento, desenvolvimento e mesmo interesses nacionais. Essa inquestionável deformação do Sistema Monetário Internacional impulsionada desde o seu garantidor, os Estados Unidos da América, país responsável pela arbitragem entre moedas desde 1944-1946, conduziu distorções impressionantes (KINDLEBERGER, 2000).

Os anos de 1980 foram economicamente considerados perdidos para praticamente todos os países financeiramente vulneráveis nos continentes americano, africano e asiático. Os anos

² Sobre a crise financeira, vide, especialmente, DAVID, O. & SUISSA, J. L. *Apogée et effondrement de la première mondialisation. De la fin du XIXe. siècle à 1945*. In.: GAUCHON, Pascal (coord.). *Le monde – manuel de géopolitique et de géoéconomie*. Paris: Puf, 2008. SORKIN, Andrew Ross. *Too Big to Fail: The Inside Story of How Wall Street and Washington Fought to Save the Financial System – and Themselves*. New York: Penguin, 2010. USA. *WALL STREET AND THE FINANCIAL CRISIS: Anatomy of a Financial Collapse*. Majority and Minority Staff Report Permanent Subcommittee On Investigations, United States Senate. Washington, 2011. USA. *THE FINANCIAL CRISIS INQUIRY REPORT: final report of the national commission on the causes of the financial and economic crisis in the United States*. USA: Government, 2011.

seguintes foram simplesmente complicados. Pelas contas de Joseph E. Stiglitz esses países amargaram pelo menos 124 crises financeiras de curta ou média intensidade nesse período todo. Mais precisamente entre 1970 e 2007 (STIGLITZ, 2010, p. 13). A crise generalizada da dívida externa dos países latino-americanos dos anos de 1980 foi sucedida pelas crises mexicana, argentina, tailandesa, russa e de todos os seus continentes conexos nos anos de 1990. O novo século trouxe consigo a crise especulativa das empresas envolvidas com a internet no coração do sistema financeiro mundial. Mas foi a crise de ativos financeiros imobiliários que submeteu o mundo inteiro a uma queda livre (STIGLITZ, 2010).

Nas tormentas dessa queda sem precedentes, o passado e o futuro das finanças voltaram a se baralhar. Reabilitar ou não o lugar do estado como árbitro da verdade econômica voltou às discussões. Salvar ou não empresas também. Punir ou não os responsáveis pela bancarrota. Arrochar ou não o protecionismo. Reler ou não Karl Marx. Rever ou não John Maynard Keynes. Conter ou não Milton Friedman. Essas e outras opções foram postas em meditação e deliberação.

Em suma, o sentido da globalização das finanças foi posto que questão. A natureza da interdependência generalizada também.

Guerras comerciais e guerras de moedas foram antevistas. A credibilidade dos países europeus e norte-americanos gestores do mundo das finanças foi erodida. Um mundo novo e divergente parecia ser sendo anunciado. A novidade e a divergência desse mundo novo vinham de longe. Longo no tempo. Mas especialmente no espaço. Vinham do Sul. Dos países do Sul. E, também, daqueles identificados com o hemisfério Sul.

Nas vésperas da eclosão da crise de 2008, agências de notação reconheciam forças e tendências econômicas irresistíveis entre países não necessariamente europeus ou norte-americanos. Variados países pelas Américas, África e Ásia demonstravam performance consistentes e sustentáveis que pareciam lhes garantir um verdadeiro lugar ao sol. Notadamente o Brasil, a Índia e China eram reconhecidos como pontas de lança da nova conformação planetária. Não apenas econômica. Mas econômica sobretudo. Cogitava-se que suas economias somadas chegassem, em breve, a representar 30, 40 ou 50% do PIB – Produto Interno Bruto mundial. Eram os países-monstros que dizia George Kennan (KENNAN, 1994). Claramente os países BRICs que projetavam Jim O’Neil (O’NEIL, 2001).

Para gerir a crise financeira de 2008 todos esses países foram convocados. Sob a impulsão do presidente francês Nicolas Sarkozy, o presidente norte-americano George W. Bush aceitou a mutação do G20 – até então um simples fórum de discussão entre ministros de finanças – em uma aglomeração de chefes de estado (SARKOZY, 2020). Doravante seriam os mandatários máximos – chefes de governo e chefes de estado – das principais economias do mundo que discutiriam sobre o destino das finanças mundiais.

O G20 de Washington em novembro de 2008 deu o tom da nova fase. A eloquência do presidente brasileiro forjou o antagonismo ambiente e marcou todos os espíritos nos anos seguintes. Em seu diagnóstico, era uma crise produzida por europeus e norte-americanos e exportada aos países pobres. “Brancos de olhos azuis” que, atônitos diante de instituições too big to fail, ouviram calados. Na verdade, o multilateralismo conduzido por eles estava golpeado de morte desde a invasão norte-americana do Iraque. Se o feito inaugural do novo século foi o evento do 11 de setembro de 2001, a invasão do Iraque fez o direito internacional retroagir à suspensão anterior a 1945. O desrespeito ao veto francês em 2003 causou um mal-estar permanente e progressivo nas relações norte-atlânticas e em todas as relações internacionais. O mal-estar entre europeus não foi menor. O impacto do não francês e holandês no referendo de 2005 sobre a Constituição Europeia ainda não tinha sido completamente remediado quando a crise de 2008 eclodiu. Os desentendimentos internos – nos países, na zona do euro e na União Europeia – eram também tensos e imensos (PEET & LA GUARDIA, 2014). Somado a tudo isso, era o fim do mandato do presidente norte-americano George W. Bush. O seu sucessor e crítico já havia sido eleito e seria o senador Barack H. Obama (REMNICK, 2010). Essa ambientação possibilitou o baralhar de cartas do G20 renovado. Cartas no sentido cartográfico. Cartográfico como imagem e representação. Imagem e representação como visões do mundo (FOUCHER, 2011).

A gestão da crise financeira de 2008 produziu, portanto, e também, uma batalha de cartas – imagens, representações e visões do mundo. Inicialmente um mundo visto e representado pelos centros ocidentais do poder mundial. Adiante uma realidade projetada pelos bancos e financeiras de capilaridade planetária. E, por fim, uma projeção desde os países emergentes, supostamente pobres e pretensamente especializados sobre o hemisfério Sul.

2. O FATOR SUL

Especialmente essa imagem do Sul, dos países do Sul, da gente do Sul ganhou força progressiva nos anos seguintes. A resiliência aos efeitos da crise financeira demonstrada pela performance econômica desses países em 2010 – quando o PIB brasileiro correspondeu a 7,5%, o indiano a 7,4% e o chinês a 10,3% – confirmaram a euforia da imaginação meridional (MAHBUBANI, s/d.; ARRIGHI, 2008).

No espaço europeu, em contraponto, a crise do euro colocou em questão a integralidade da construção europeia. O trade-off entre austeridade versus solidariedade veio à tona com uma força inimaginável. Países como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, classificados como “pigs”, literalmente porcos, pelo periódico inglês *The Economist*, estiveram perto de serem expulsos da União. Itália e França começaram a viver instabilidades sociais diuturnas e extraordinárias. As taxas

de desemprego e subocupação nesses países alcançaram níveis altíssimos. Regiões inteiras foram praticamente demograficamente desertificadas. O estado de bem-estar social construído após a Segunda Guerra Mundial e esmaecido após a erosão da União Soviética dava evidência de uma memória distante e fora de horizontes. Efeitos geopolíticos colaterais, como o aumento das migrações desde países, regiões e cidades falidos na África e no Oriente Médio, tornaram a situação ainda mais grave, difícil e inconciliável. Tanto que não foi ao acaso que o primeiro-ministro David Cameron, do Reino Unido, obrigou-se a endossar, em 2012, a feitura de um referendun para a manutenção ou não dos ingleses na União Europeia. Como sabido, em seguida, o *exit* venceu o *remain* em 2016 e o Brexit começou a ser organizado.

Nessa conjuntura, os destinos do mundo pareciam ser jogados ao Sul. Os países BRICs, sob o impulso de sua presença na gestão da crise financeira de 2008, apressaram-se em se organizar e autonomizar. Logo em seguida, em 2009, organizaram um primeiro encontro formal, na qualidade de fórum multilateral, que permitiu a superação da condição de simplório acrônimo. Não tardou, portanto, a que o tijolo – “*bric*” em inglês – fosse transformado num grupo, num bloco, num ator global de prestígio e valor.

A partir de 2011, esse novo ator passou a incorporar a África do Sul ao grupo fazendo maiúsculo o “s” minúsculo. Fazendo de BRICs, BRICS. O entusiasmo do momento alimentou a criação de alternativas multilaterais às instituições ocidentais, europeias e norte-americanas sendo o Novo Banco de Desenvolvimento, em 2014, a mostra mais eloquente desse esforço (BATISTA JUNIOR, 2019).

Tudo, assim, indicava ser o momento dos BRICS e o momento do Sul. O presidente uruguaio José “Pepe” Mujica, em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2013, certamente foi que melhor evidenciou a nova fratura do mundo com o seu comovente “*Soy del sul, vengo del sur*” [sou do Sul, venho do Sul] (MUJICA, 2023).

Mas o reverso não tardou a emergir.

Enquanto a presidente brasileira Dilma Rousseff recebia os mandatários da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul em Fortaleza para o batismo do Banco dos BRICS, os protestos das noites brasileiras de junho de 2013 ainda enebriavam espíritos por todo o país. O imenso mal-estar daquelas noites estava longe de ser superado. Uma ambiência de antagonismos seguia presente, constante e estridente. As convulsões sociais protagonizadas pelo Occupy Wall Street e depois todas as principais capitais do mundo chegaram definitivamente ao Brasil naquelas noites de junho e trouxeram consigo a insatisfação das ruas árabes (SINGER, 2015; SILVA, 2018).

A tônica dos Occupy era a externalidade negativa da crise financeira de 2008. O foco africano e médio-orientais a partir de 2010-2011 era superar os choques da descolonização que impuseram governos não raramente autocráticos marinados em regimes políticos de transparência

duvidosa. Sem notar nem perceber, o ocaso do lulopetismo ia se desenhando. Os excedentes de prestígio legados pelos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram inteiramente dilapidados entre 2011 e 2014. Aquilo que o chamado “escândalo do mensalão” não conseguiu destruir em 2005 foi integralmente comprometido a partir de 2013. O que se veria na sequência indicaria o fim de um momento nacional e internacional brasileiro (ANDERSON, 2016; ANDERSON, 2019; ANDERSON, 2011; SILVA, 2023; SINGER, 2023).

As presidenciais brasileiras de 2014 foram fortemente contestadas pelos vencidos. A recondução da presidente Dilma Rousseff ao poder foi dificultosa. A performance da economia brasileira seguia uma curva descendente desde 2012 e nada indicava que pudesse remeter em 2015. A gestão anticíclica da crise financeira de 2008 foi, em grande medida, mantida pelo novo governo e ampliada na forma de intervenção estatal extrema (CARNEIRO, 2017). Os desacertos econômicos de 2011 a 2014 foram, assim, postos a prova a partir de 2015. Adicionado a isso, a judicialização da política estraçalhou o sistema partidário brasileiro. Pouco a pouco, todo agente público foi colocado em suspeição. Uma suspeição alimentou o aumento dos protestos intermitentes ao longo de 2015-2016, a agudização de instabilidades, a proliferação de injustiças, a ampliação de inseguranças, a entropia política e o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016.

Essa agonia brasileira refletiu diretamente nos encaminhamentos dos BRICS e na proeminência dos países do hemisfério Sul. Se as tormentas brasileiras não bastassem, os demais países também encontraram seus moinhos de ventos para guerrear. Do lado russo, a problemática ucraniana monopolizava todas as atenções. Os protestos de 2013 e 2014 sobre Maidan comprometeram muito do foco de Moscou nesse período. Do lado indiano, a iminência de uma crise bancária sem precedentes induzia a sua introspecção. Do lado chinês, a iniciativa do One Belt, One Road recobria a maior parte da agenda chinesa. E do lado sul-africano imensas suspeitas de gigantescos atos de corrupção carcomiam a credibilidade do país. Consoante a tudo isso veio o choque da eleição de Donald J. Trump para a presidência norte-americana.

O peso geopolítico, geoestratégico e geodiplomático dos Estados Unidos da América sempre imprime apreensão mundial quanto ao seu presidente. O sucesso eleitoral de Donald J. Trump não necessariamente prometia mudanças estruturais na condução dos negócios mundiais. Assemelhado ao presidente George W. Bush e a toda tradição de mandatários desde o presidente George Washington, o magnata tornado presidente impôs o interesse nacional norte-americano acima de quaisquer divergências. O único problema foi o tom e a ênfase. O aclame ao America first foi entendido como consideravelmente demasiado. Muito estridente e muito frequente. O meio internacional, assim, o considerou agressivo demais.

Se isso não bastasse, para se distanciar do presidente Barack H. Obama e dos democratas, ele também enfatizou o seu *Make America Great Again*. Uma fórmula de marketing político interessante, oportuna e eficaz desde que apenas como plataforma eleitoral. Quando começou a ser aplicada como discurso oficial do novo governo da presidência norte-americana gerou numerosas distensões no interior de espaços multilaterais que possuem os norte-americanos como centrais e garantidores (WOODWARD, 2018).

A relação norte-atlântica com os europeus e a União Europeia, por conta disso, por exemplo, foi amplamente degradada. A presença da OTAN como fator de segurança europeia foi intensamente contestada. A relação com países americanos, africanos e asiáticos ganhou níveis retóricos de indiferença ou hostilidade jamais vistos. A guerra comercial com a China ou a tensão militar com a Coreia do Norte foram a mostra mais enfática desse momento de instabilidades. A renegação dos Acordo de Paris foi outra demonstração de revisionismo dentro da ordem proveniente de um país central e garantidor dessa ordem. Contradição plena de significados. Tudo isso deixou a atenção internacional mais focada nos movimentos de Washington que em qualquer outra parte. E, para completar, a crise sanitária de Covid-19 veio adicionar mais indeterminações às sortes meridionais.

Sem a crise sanitária, o presidente Donald J. Trump certamente teria sido reeleito em 2020. Entretanto, em decorrência da crise o candidato democrata Joe Biden sagrou-se vencedor nas presidenciais de 2020. A promessa de reestabelecimento de alguma *World Order* sugeriu a reabilitação de alguma harmonia em convivências multilaterais. Mas a crise generalizada do sistema representativo – a saber, da democracia – já carcomia a maior parte dos países. Pela Europa, países democraticamente importantes como Itália, França, Áustria, Holanda e Hungria sucumbiram a extremismos no poder ou no debate público. Marine Le Pen chegou duas vezes ao segundo turno das presidenciais francesas. Matteo Salvini e Giorgia Meloni chegaram ao poder na Itália no rastro de desmandos erigidos por Silvio Berlusconi. Heinz-Cristian Strache e Geert Wilders ganharam muita expressão na Áustria e na Holanda respectivamente. Entre os húngaros houve a eleição do inequivocamente extremista Viktor Orbán. Sem contar toda sorte de lideranças ultranacionalistas e ultraconservadoras espalhadas por Portugal, Espanha, Bélgica e outros.

Tudo isso pode ser creditado aos dividendos da crise financeira mundial de 2008. A degradação de sociabilidades e meios de vida causou toda essa desorganização ao longo dos anos de 2010. Esse novo normal, com a emergência de tendências extremas, não foi privilégio dos europeus. Todos os continentes observaram fenômenos similares. No caso brasileiro, a síntese do processo se deu com os sucessos do deputado Jair Messias Bolsonaro à presidência da República.

À sombra do presidente Donald J. Trump, o presidente Jair Messias Bolsonaro refugou retoricamente o multilateralismo. Preferiu afinidades eletivas ao tratamento harmônico com a máxima totalidade do meio internacional. O chanceler Ernesto Araújo chegou a afirmar o isolamento brasileiro como uma missão. Em seu entendimento, seria procedente a afirmação do Brasil como uma “pária internacional”. Durante esse período, o sistema partidário do país sofria a sua maior crise desde o início da redemocratização, as principais lideranças políticas estavam acuadas e o maior líder da esquerda brasileira, o antigo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estava no cárcere. Mas o quadriênio de 2019 a 2022 modificou todos os cenários.

Uma reviravolta jurídica anulou todas as sentenças contra antigo presidente Lula da Silva. A crise sanitária levou o Brasil – como, de resto, todos os países democráticos – a dilemas de gestão. A condução intempestiva do governo brasileiro colocou em questão a presidência de Jair Messias Bolsonaro. Concomitantemente foi se reabilitando a imagem e a presidenciabilidade do presidente Lula da Silva. Quando das presidenciais de 2022, Jair Messias Bolsonaro e Lula da Silva venceram o primeiro turno para concorrer, entre eles, o segundo turno. Por uma pequeníssima margem o segundo superou o primeiro. Como no caso norte-americano, era a primeira vez depois de muitos anos que um presidente da República não fora reeleito. Nos Estados Unidos da América como no Brasil, ambos os presidentes foram erodidos pelo seu caráter excêntrico, pela afirmação códigos politicamente corretos nos debates públicos e pela gestão errática da crise sanitária de Covid-19.

Seja como for, o eleitoral de Joe Biden nos Estados Unidos da América em 2020 e de Lula da Silva no Brasil em 2022 prometeram uma reorganização do mundo. De um lado e doutro, a euforia foi imensa. No caso brasileiro, talvez, ainda maior. Virou recorrente na opinião pública dos principais países do mundo o mantra *Brazil is back* (SILVA, 2023a). Esse retorno brasileiro representou a sinalização da reativação dos BRICS que vinha politicamente estagnado desde 2013. Essa reativação realmente ocorreu. Tanto que no encontro realizado na África do Sul, em agosto de 2023, deliberou-se pela ampliação do grupo com o convite para o ingresso de Irã, Arábia Saudita, Egito, Argentina, Etiópia e Emirados Árabes Unidos a partir de janeiro de 2024 (SILVA, 2019). Mas esse relance dos BRICS acabou trazendo consigo a retórica meridionalista do Sul Global e todo o debate sobre os destinos do mundo passou, assim, a incorporar essa imagem. A imagem do Sul Global ante o resto – agora, europeus e norte-americanos.

3. A TENTADORA IDEIA DE SUL GLOBAL

Não é, por claro, recente a ideia de Sul Global. A sua utilização virou corrente nos anos de 1960 em meio à Guerra do Vietnã quando o ativista norte-americano Carl Preston Oglesby forjou

a expressão em substituição ao conceito de terceiro mundo para caracterizar os países não-ocidentais nem europeus tampouco norte-americanos. Antes da noção de Sul Global, portanto, a noção de terceiro mundo. Uma noção antiga, cheia de história e eivada de controvérsias (TERTRAIS, 2023).

A consciência hemisférica, na verdade, começou a se afirmar com a consciência sobre a colonialidade a partir dos séculos XVII e XVIII. Sob os iluminismos europeus metropolitanos, as populações em espaços europeus coloniais começaram a desenvolver a identificação com o viver em colônia. Quando das eras de revoluções – Industrial, Americana e Francesa – esse sentimento começou a se expandir. A independência dos Estados Unidos da América abriu a uma verdadeira ressignificação da noção de colônia, viver em colônia e seguir ou não colônia. A extensão dos efeitos da Revolução Francesa sobre a sua colônia de Saint Domingue, atual Haiti, evidenciou a imensa complexidade de tudo isso. Os longos processos de independência e afirmação burocrática de estados e identidades nacionais pelas Américas ao longo do século XIX foram a mostra mais eloquente dessa complexidade. Mas foi na Grande Guerra de 1914-1918 que essa consciência virou generalizada. A erosão dos impérios russo, otomano e austro-húngaro indicou o caminho para que os impérios, notadamente, francês e inglês conferissem autodeterminação aos seus povos coloniais. Na vulgata do líder soviético Lênin, o “imperialismo” como “estado supremo do capitalismo” era um dos responsáveis pela eclosão da Grande Guerra. Esse também era o entendimento do presidente norte-americano Woodrow Wilson que não deixou se assinalar em seus Quatorze Pontos a necessidade de “adjust colonial claims” [ajustamento de reivindicações coloniais] em seu quinto ponto (WILSON, 2023).

No entreguerras e na segunda Grande Guerra, esse ajustamento foi permanente auscultado. Na África e na Ásia os movimentos independentistas se afirmaram maiores e mais frequentes. Mas foi depois de 1945 que a questão virou um imperativo geral. Inicialmente como parte do espírito das Nações Unidas. Em seguida, como parte da política externa do presidente Harry S. Truman para ampliação da presente e da influência norte-americana no mundo.

Desde a formalização da Guerra Fria que a política norte-americana de contenção da expansão do socialismo, do comunismo e do stalinismo se deu em termos econômicos, diplomáticos, estratégicos, culturais e militares em todos os continentes. No caso dos continentes africano e asiático, essa política se estabelecer especialmente a partir de programas de assistência. Assistência em frentes multidimensionais que continuou ao longo de toda a Guerra Fria e depois (SOUTOU, 2011).

Entre a Revolução Russa de 1917 e o plano Marshall em 1947 foi se afirmando o entendimento da tensão entre o Mundo Livre e o Mundo Soviético. Pouco a pouco, os adeptos do primeiro foram se autodeclarando membros de países de primeiro mundo e legando aos outros a

condição de secundários, residentes em países de segunda classe e, portanto, segundo mundo. Com a emergência e afirmação das causas coloniais e pós-coloniais entre os pontos do presidente Woodrow Wilson em 1918 e as ações do presidente Harry S. Truman em 1948 foi se firmando a convicção de que países com passados coloniais – excetuando-se os Estados Unidos da América e mais um e outro – deveriam ser classificados como países de terceiro mundo.

Com o intento de transformar essa impressão em conceito, o economista, demógrafo e sociólogo francês Alfred Sauvy mobilizou à compreensão de terceiro mundo a ideia de terceiro estado em alusão à Revolução Francesa. Ou seja, a parte mais desfavorecida e menos reconhecida entre os estados constituídos. Na sua avaliação precisa, “Ce tiers-monde ignoré, exploité, méprisé comme le Tiers-État veu, lui aussi, être quelque chose” [esse terceiro mundo ignorado, ignorado, desconsiderado como o terceiro estado também deseja ser alguma coisa] (SAUVY, 1952).

Assim, terceiro mundo virou um conceito.

Na conformação das agências das Nações Unidas esse conceito lançou as bases para a definição e espacialização de países subdesenvolvidos. No campo dos estrito dos debates econômicos, países em vias de industrialização. Esse esforço de precisão também forjou a imagem de países do Norte e países do Sul. Sendo os primeiros industrializados e ricos ante os outros, pobres e não industrializados.

Tão logo fundada, uma das preocupações gerais da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura foi avançar na compreensão das razões culturais de tensões, conflitos e guerras. Nesse esforço, a compreensão da consciência colonial e pós-colonial foi posta em escrutínio. Especialmente para se entender a natureza de racismos e discriminações coloniais. Nesse sentido, foi ofertada ao grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, autor mundialmente reputado pelo sucesso de suas obras, a direção do Departamento de Ciências Sociais da entidade. Entretanto, o intelectual pernambucano declinou. Mesmo assim, participou ativamente do simpósio *Tensions that Cause Wars*, coordenado pelo psicólogo Hadley Cantril em 1948 (MAIO, 1999). Nesse entremeio, foi encomendado ao antropólogo francês Claude Lévi-Strauss um estudo sobre o assunto. Dessa demanda, veio a lume o texto *Race et Histoire*, de 1952, que serviria de base para a orientação da primeira grande reunião de países de terceiro mundo organizada em Bandung em 1955 (LÉVI-STRAUSS, 1952).

Esse encontro de 1955 foi de natureza afro-asiática e reuniu 29 países entre eles a Argélia (ainda não independente), o Japão como observador, a China de Chou En-lai, a Índia de Nehru, a Indonésia de Sukarno e o Egito de Nasser. A mensagem central do evento significou uma crítica à supremacia ocidental sobre os negócios do mundo e a construção de uma alternativa, uma terceira via, aos países não alinhados ao Mundo Livre nem ao Mundo Soviético. Dessa intenção surgiria, poucos anos depois, o grupo de países não-alinhados, o G77 e a UNCTAD – Conferência das

Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Tudo entre 1961 e 1964 (SOUTOU, 2011). A essa altura, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, liderada pelo economista argentino Raul Prebisch e pelo economista brasileiro Celso Furtado, já tinha desenvolvido a maior parte de sua teorização sobre o subdesenvolvimento terceiro-mundista e notadamente latino-americano.

Nessa ambiência de Bandung e da CEPAL eclodiu, por um lado, a Guerra do Vietnã e, por outro lado, a aceleração dos processos de descolonização na África e na Ásia. O caso argelino merece grande destaque. Símbolo da realidade colonial francesa e núcleo da resistência ao nazismo ao longo da Segunda Guerra Mundial, a tensão entre manter a Argélia como domínio da França ou liberar a sua independência gerou problemas gravíssimos no espaço metropolitano francês. A Quarta República, fundada logo após a liberação de 1944, viveu de crises sucessivas até 1958 quando se convocou o general Charles de Gaulle, líder da resistência e herói da France Libre, para pactuar a situação. A situação ganhou níveis de pacificação a partir de 1962, mas o ressentimento, a dúvida e o rancor, de parte a parte, jamais foram superados.

Nesse mesmo período, a Índia avançava para autonomia progressiva. A China seguia imersa em seu maoísmo ambiente. Os latino-americanos ainda sorriam o choque da Revolução Cubana de 1959 e não tardariam a ingressar numa onda de ditaduras implacáveis. Africanos seguiam tendências de nacionalização. E os médio-orientais não se permitiam aceitar o estado de Israel, organizado pelas Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial.

Quando Carl Preston Oglesby imaginou a imagem de Sul Global sob os auspícios das tormentas mundiais de maio em 1968 o seu propósito era identificar uma unidade global no antagonismo dos vietcongs aos norte-americanos, mas também aos europeus e a todo o Mundo Livre. A Guerra Fria, afinal, ainda dividia ideologicamente o planeta. O sucesso de Richard Nixon nas presidenciais norte-americanas de 1968, a sua imediata implementação de reformas estruturais no país a partir de 1969, a sua saída dos acordos de Bretton Woods em 1971 e o conjunto de incidentes médio-orientais a partir de 1973 ostracizaram essa a categoria unificadora de Carl Preston Oglesby. A ideia, no entanto, ficou hibernando (TERTRAIS, 2023).

Nos anos de 1980, as agências das Nações Unidas passaram a tratar os países outrora de terceiro mundo, subdesenvolvidos e não-industrializados de *emerging countries* [países emergentes]. A nova nomenclatura servia especialmente para diferenciar países extremamente pobres de países como Brasil, Índia, Egito, Irã, Síria, México entre outros. Com a erosão da União Soviética, a globalização financeira e a globalização *tout court* pareciam solucionar todas as assimetrias anteriores. Os povos de países pobres e emergentes começaram a ser integrados a uma lógica perversa de consumo para acomodar a ofertas industriais dispersas pelo planeta.

Nesse contexto, o Brasil, a Rússia, a China, o Brasil e a Índia começaram a despontar econômica e socialmente.

O fim do regime militar e a aceleração de sua redemocratização a partir de 1985 permitiu ao Brasil habilitar níveis de normalidade ao longo dos anos de 1990. O regime democrático permitiu o estabelecimento de um novo ordenamento jurídico com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, um novo ambiente político com o retorno de eleições diretas a partir de 1989-1990, a renegociação da dívida externa em e a implementação de um plano certo e definitivo de estabilização entre 1991 e 1994. Foram incontestáveis os saltos de qualidade do estado e da sociedade brasileira a partir nessas inovações. No campo financeiro e econômico, por exemplo, o Plano Real permitiu ao país começar a se integrar efetivamente na globalização especialmente sob o período do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesmo assim, como notado e anotado por todos, as desigualdades sociais e fragilidades infraestruturais seguiam imensas (ABRANCHES, 2018).

No caso da Rússia não era diferente. Mas com as suas peculiaridades. Após mais de meio século sob a condição soviética depois de ter sido um império multissecular, a Rússia precisava aprender a ser a Rússia. La Russie éternelle [a Rússia eterna] que dizia o general de Gaulle, mas também a Rússia moderna e pós-soviética que ansiavam aqueles tempos após 1989-1991. Era consenso entre as lideranças europeias e norte-americanas que guardavam na retina e na memória a importância da guerra patriótica soviética ante o nazismo de Hitler que os russos não poderiam ser acuados nem menosprezados econômica tampouco politicamente. A Rússia, como indicou o presidente Mikhail Gorbachev aos franceses e depois aos europeus, participava da eterna “*maison commune*” [casa comum] europeia (SOUTOU, 2011). Uma Europa, como entendia o general de Gaulle, que envolvia do Atlântico ao Ural. Malgrado a russofobia permanente sofrida desde os países do bloco do Mundo Livre que acreditavam que haviam vencido a Guerra Fria, a Rússia foi se projetando no mundo inteiro especialmente pelos seus insumos energéticos, mas não apenas. Os ventos da globalização também sopraram sobre Moscou nos anos de 1990.

A China e a Índia seguiam seus caminhos diferenciados. Ambos condicionados pelo seu peso demográfico, pelo rigor de reformas estruturais e pela força de planos de relance econômico. Os demais países emergentes ou subdesenvolvidos ou simplesmente muito pobres seguiam a mesma tendência de procurar o seu lugar ao sol através dos ventos da globalização.

Quando o economista-chefe da Goldman Sachs Jin O'Neill criou o acrônimo BRICs após os ataques de 11 de setembro de 2001, a relevância desses países já era um fato incontestável. Brasil, Rússia, China e Índia seguiam caminhos de estabilização, normalização e adequação ao mundo após a Guerra Fria assim como mantinham vários setores que demandavam investimentos. O objetivo de Jin O'Neill foi justamente evidenciar essas demandas aos investidores de sua financeira

Goldman Sachs. Ou seja, criava-se ali uma cartografia com a indicação de lugares e setores seguros para o aprovisionamento de recursos após a crise geopolítica gerada pelo 11 de setembro de 2001. Não restam dúvidas de que essa cartografia induziu a imposição de uma nova representação sobre o lugar desses países no mundo. No plano mais concreto e estratégico, a precipitação do ingresso da China na OMC – Organização Mundial do Comércio em dezembro de 2001 foi infinitamente mais importante e relevante que a criação do acrônimo. Uma vez presente nessa organização, a economia chinesa que seguia ascendente, confirmou e acelerou a sua trajetória; além de, direta ou indiretamente, puxar os demais países do grupo. Esse “puxar” se deu pela conjugação fatores. A aceleração da urbanização do país demandou matérias-primas disponíveis especialmente em seus países parceiros nos BRICs. Notadamente o Brasil e especialmente a Rússia. A complementariedade das economias, portanto, forjou o chamado boom de *commodities* que foi muito importante para todos (MAHBUBANI, s/d).

Quando da crise financeira mundial de 2008, a trajetória, portanto, desses países dos BRICs já seguia caminhos quase autônomos dos caminhos europeus, norte-americanos e ocidentais. Seria demasiado irrealista imaginar que essa autonomia fora total ou mesmo fundamental. A China, especialmente, desde o seu ingresso na OMC intensificou a diversificação de sua economia e de seus ativos financeiros. Adquiriu parte expressiva da dívida soberana de variados países europeus, americanos e africanos. Projetou-se implacavelmente sobre países da África e da América do Sul a partir da oferta de seus próprios produtos e ativos. De modo que a economia chinesa seguiu mais integrada, mais dinâmica e mais complexa.

O mesmo valendo para o Brasil que estabeleceu parcerias especiais em todos os continentes, ampliando mercados e conexões. Com a União Europeia, por exemplo, virou um dos poucos special partnership [parceiro especial] em 2008. De vários países africanos, tornou-se o parceiro quase prioritário. Em seu entorno estratégico na América do Sul, afirmou a sua presença e proeminência. Mesmo sem avanços consistentes do Mercosul.

A Rússia já tinha sido reconhecida no G7, grupo dos sete países mais ricos, tornando-o G8 em 1998. Malgrado seu PIB real não superar o PIB de países como a Espanha ou o Brasil, o seu PIB potencial sempre foi importantíssimo. O que torna a sua economia extremamente consistente e abundante. Sem contar o seu peso estratégico na Eurásia, Ásia, Oriente Médio e África.

Quando da convocação desses países dos BRICs para compor o G20 em 2008, cada um deles já representava consistentemente as suas regiões e parcelas importantes de países meridionais. O revanchismo retórico de proposições como a do presidente brasileiro Lula da Silva ao informar que a crise financeira havia sido produzida por “gente branca de olhos azuis” acentuou ressentimentos latentes nesses países pobres de tendências antiocidentais. Nos anos que se seguiram esse sentimento de baixa valência seguiu se maturando e pouco a pouco foi reabilitando

a ideia de Sul Global. Por certo que os debates sobre a globalização entre os movimentos mundialistas e altermundialistas dos anos de 1990 já indicavam essa reabilitação. As experiências do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, por exemplo, indicavam claramente esse movimento de unificação. Mas foi após a crise financeira de 2008 que essa tendência se viabilizou. A planetarização do Occupy Wall Street foi uma mostra intensa de solidariedade entre os 99% pobres ante os 1% ricos ou muito ricos. Esse slogan logo se misturou às pretensões meridionais. E assim foi se consolidando até chegar ao inverno do trumpismo, à tragédia da pandemia, à retomada da tensão russo-ucraniana e à reabilitação das tormentas médio-orientais. Entre 2008 e 2023, portanto, o mundo passou a conviver com essa miragem do Sul traduzida em tentação do Sul Global.

Sul Global, assim, virou um mantra. Quase uma explicação peremptória para um novo tempo do mundo. Uma solução quase inquestionável para uma pretensa realidade pós-norte-americana e pós ocidental. Um passaporte seguro de muitos para dias possivelmente bons, amenos, plurais, multiculturais, identitários, das minorias e do amor venturoso.

Olhando bem de longe, ele parece uma verdade sem contestação. Olhando mais de perto, ninguém sabe definir tampouco deseja negar a sua existência.

4. MIRAGENS DO SUL

A China, a Rússia e a Índia, grandes vedetes do Sul dito global, estão, cartograficamente, no hemisfério Norte. Austrália e Nova Zelândia, dimensões incontestáveis do extremo-ocidente, estão no hemisfério Sul. No Norte nem no Sul existe unidade tampouco coerência política nem econômica. A China, que está no Norte não no Sul, desde 1971, quando Pequim suplantou Tapei, virou um membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A peculiaridade dessa condição inviabiliza a sua participação normal e natural em qualquer outra aglomeração. A sua superioridade gera constrangimentos inquestionáveis e certa dominação silenciosa sem perdão. A Rússia, da mesma sorte que a China, participa desse grupo seleto saído de 1945 e nada consegue negacear a sua imperiosidade. A Índia não participa como membro-permanente do Conselho de Segurança, mas a sua reivindicação recorrente é de se reconhecer como “não-ocidental, mas não antiocidental”. Essa postura indiana ambienta o conjunto das demais contradições e desarmonias dos países sugeridos meridionalistas. Síria e Irã se abraçam ao tônus ideológico russo. Arábia Saudita busca de todas as formas se norte-americanizar. A Malásia, em plena decolagem econômica, segue a Arábia Saudita. A Zâmbia, com um produto per capita dez vezes inferior ao da Malásia, busca abrigo no ambiente sino-russo. O Uruguai democrático nega qualquer vinculação aos ideários do Sul que se quer global e se pudesse deixaria, inclusive, o Mercosul. O Sudão do Sul, mesmo estando no Sul, daria tudo para estar, mentalmente, em qualquer outro lugar

que lhe portasse um mínimo amenidades. Tunísia, Libéria e Quênia participam do grupo de contato de países neutros que intermediam a relação entre a Ucrânia e Rússia no conflito. Jordânia, Marrocos, Paquistão e Sudão, em contraponto, alimentam os ucranianos com armamentos. Contradição maior não poderia haver, mas existe.

A rivalidade sino-indiana, que vem de longe, foi explicitada nas negociações para a ampliação dos BRICS. A tensão mental entre brasileiros e argentinos, marroquinos e argelinos, etíopes e eritreus, iranianos e sauditas, que nunca foi negada nem superada, inviabiliza qualquer modificação revisionista mais consistente das instituições que saíram de 1945. Mesmo que os cinco membros-permanentes do Conselho de Segurança ofertassem maiores brechas – o que não está no horizonte – nenhum desses países do dito Sul Global receberia apoio de seus vizinhos.

A evolução dos BRICS representa um feito extraordinário. De um simplório acrônimo de um banco de investimentos tornou-se uma das mais imponentes plataformas de revisão da arquitetura internacional vigente. O anúncio de sua ampliação causou sentimentos divergentes entre todos. Os convidados a ingressar a partir de 2024 ampliarão a diversidade do grupo e complicarão a sua capacidade de gestão e deliberação. Contrário ao que se pode imaginar, os novos ingressantes, no fundo, querem, simplesmente, ter maior acesso aos recursos disponíveis no Banco dos BRICS. Mas o mais interessante, para além de curioso, reside no fato de a Indonésia, anfitriã da simbólica conferência de Bandung, após consultas, recusar-se a apresentar a sua candidatura ao BRICS sinalizando privilegiar o seu ingresso na OCDE.

O Sul Global virou um mantra que alimenta miragens do Sul. Somente o tempo conseguirá dizer se para o bem ou seu contrário.

* Artigo recebido em 02 de abril de 2024,
aprovado em 18 de outubro de 2024.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão – Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ANDERSON, Perry. Crisis in Brazil. **London review of books**, vol. 38, n. 8, april, 2016.

ANDERSON, Perry. Bolsonaro's Brasil. **London review of books**, vol. 41, n. 3, feb. 2019.

ANDERSON, Perry. Lula's Brazil. **London Review of Books**, vol. 33, n. 7, pp. 3-12, march 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI.** Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata.** São Paulo: Leya, 2019.

CARNEIRO, Ricardo. **Navegando a contravento (uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff).** Campinas, 2017.

DAVID, O. & SUISSA, J. L. **Apogée et effondrement de la première mondialisation. De la fin du XIXe. siècle à 1945.** In.: GAUCHON, Pascal (coord.). **Le monde – manuel de géopolitique et de géoéconomie.** Paris: Puf, 2008.

FOUCHER, Michel. **La bataille des cartes: analyses critiques des visions du monde.** Paris: Bourin éditeur, 2011.

KENNAN, George. **Around the Cragged Hill: A Personal and Political Philosophy.** New York: W. W. Norton & Company, 1994.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, Pânicos e crashes – um histórico das crises financeiras.** Trad. Vânia Conde & Viviane Castanho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Race et histoire.** Paris: Unesco, 1952.

MAHBUBANI, Kishore. **The Asian 21st Century.** Singapore: Sprinter, s/d.
MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco. Tempo Social, n. 11, vol. 1, maio de 1999.

MUJICA, José “Pepe”. **Discurso sin recortes – United Nations, 2013.** Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=HW8FtB6k378> . Acesso em: 01 de julho de 2023.

O’NEIL, Jim. Building better global economic BRICs. **Global economics paper**, n. 66, Goldman Sachs & Co. Retrieved, 30 nov. 2001.

PEET, John & LA GUARDIA, Anton. **Unhappy Union: How the euro crisis and Europe can be fixed.** London: The Economist, 2014.

REMICK, David. **A ponte: vida e ascensão de Barack Obama.** Trad. Celso Nogueira e Isa Mara Londo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ROGOFF, Kenneth S. & REINHART, Carmen M. **This time is different. Eighth centuries of financial folly.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

SARKOZY, Nicolas. **Le temps des tempêtes.** Paris: Éditions de l’Observatoire, 2020.
SAUVY, Alfred. Trois mondes, une planète. Le nouvel observateur, 14 août 1952.

SILVA, Daniel Afonso da. Noites de junho (ou da rhetorical presidency da presidente Dilma Rousseff na gestão externa da apreensão dos acontecimentos brasileiros de junho de 2013). **Tia-Melaua, revista de Ciencias Sociales. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México / issn: 1870-6916 / Nueva Época, año 12, núm. 44, pp. 6-29, abril-septiembre 2018.**

SILVA, Daniel Afonso. Brazil is back”: the return of the South on Lula’s agenda. **Latinoamerica**, 14 de fev. 2023. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/en/brazil-is-back-the-return-of-the-south-on-lulas-agenda/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023^a.

SILVA, Daniel Afonso. **Muito além dos olhos azuis e outros escritos sobre relações internacionais contemporâneas**. Curitiba: Brazilpublishing, 2019.

SILVA, Daniel Afonso. Notícias do golpe. **A terra é redonda**, 08 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/noticias-do-golpe/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 34, n. 2, jul. 2015.

SINGER, André. Lula’s return. **New Left Review**, n. 139, jan./fev. 2023.

SORKIN, Andrew Ross. **Too Big to Fail: The Inside Story of How Wall Street and Washington Fought to Save the Financial System – and Themselves**. New York: Penguin, 2010.

SOUTOU, Georges-Henri. **La guerre froide, 1943-1990**. Paris: Pluriel, 2011.

STIGLITZ, Joseph. **O mundo em queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TERTRAIS, Bruno. **La Guerre des mondes: Le retour de la géopolitique et le choc des empires**. Paris: L’observatoire, 2023.

THE FINANCIAL CRISIS INQUIRY REPORT: final report of the national commission on the causes of the financial and economic crisis in the United States. USA: Government, 2011.

USA. WALL STREET AND THE FINANCIAL CRISIS: Anatomy of a Financial Collapse. Majority and Minority Staff Report Permanent Subcommittee On Investigations, United States Senate. Washington, 2011.USA.

WILSON, Woodrow. **14 points**. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/president-woodrow-wilsons-14-points> . Acesso em: 01 de agosto de 2023.

WOODWARD, Bob. **Fear: Trump in the White House**. New York: Simon & Schuster, 2018.